

# Empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas

## Entrepreneurship in educational policies and schools

◆ Ramon Mendes da Costa Magalhães  
 ◆ Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

### RESUMO

Neste artigo procuramos demonstrar, numa perspectiva histórico-crítica, como o empreendedorismo se manifestou dentro das políticas educacionais e na escola a partir das contrarreformas do Estado brasileiro iniciadas na última década do século XX. Nossas análises são sustentadas no materialismo histórico-dialético enquanto método para compreensão da realidade. O empreendedorismo vai aos poucos se inserindo nas políticas e currículos educacionais, através da articulação do SEBRAE com o Estado brasileiro, até se estabelecer como um eixo estruturante dos itinerários formativos previsto pela contrarreforma do Ensino Médio e pelas atualizações das DCNEM. Esse movimento em prol da chamada “cultura empreendedora”, principalmente sobre a direção do SEBRAE, tem repercussão nas práticas docentes dentro da escola. Concluímos que essa formação para o empreendedorismo tem alterado as práticas pedagógicas e a formação dos estudantes.

### Palavras-chave

Educação empreendedora; Itinerários formativos; Contrarreforma do Ensino Médio.

### ABSTRACT

In this article we seek to demonstrate, from a historical-critical perspective, how entrepreneurship manifested itself within educational policies and at school from the counter-reforms of the Brazilian State initiated in the last decade of the 20th century. Our analyzes are based on historical-dialectical materialism as a method for understanding reality. Entrepreneurship gradually finds its way into educational policies and curricula, through SEBRAE's articulation with the Brazilian State, until it establishes itself as a structuring axis of the training itineraries foreseen by the Secondary Education counter-reform and by the updates of the DCNEM. This movement in favor of the so-called “entrepreneurial culture”, mainly under the direction of SEBRAE, has repercussions on teaching practices within the school. We conclude that this training for entrepreneurship has changed the pedagogical practices and training of students.

### Keywords

Entrepreneurial education; Training itineraries; High School Counter-Reform.

## Introdução

Os atuais contextos produtivos e sociais, imersos na crise estrutural do capital, tem produzido novas demandas na relação entre capital e trabalho. Nesse contexto têm se destacado a busca pelo desenvolvimento do autoemprego, marcado, principalmente, pela ideologia do empreendedorismo. Esta nova demanda está relacionada ao padrão de acumulação toyotista, ou da acumulação flexível, associada às políticas neoliberais, no qual as noções de empregabilidade, competências e empreendedorismo se correlacionam no projeto de formação humana e social. Desta forma, Dias (2010, p. 149) ressalta que “o discurso do empreendedorismo vem sendo propalado via setores dominantes da sociedade capitalista com o intuito de adequarem a classe trabalhadora com o projeto capitalista neoliberal de sociedade”.

Assim, as forças políticas neoliberais atuaram em favor da ideologia do empreendedorismo, propagando-o como alternativa para melhorar a condição de vida dos trabalhadores, levando o trabalhador a criar para si o seu próprio ofício, pois não há mais garantias de estar empregado (NOZAKI, 2015). Nessa mesma linha de pensamento, Dias (2010), salienta que, para atender às novas demandas decorrentes das mudanças constantes do mercado de trabalho, se faz necessário uma nova educação do trabalhador, pois a inserção do mesmo no mercado não acontece, agora, somente pela via do emprego, mas também pelo autoemprego.

Diante disso, neste artigo procuramos demonstrar, numa perspectiva histórico-crítica, como o empreendedorismo se manifestou dentro das políticas educacionais e na escola a partir das contrarreformas do Estado brasileiro iniciadas na última década do século XX. Cabe ressaltar que inicialmente a chamada “educação empreendedora” não é pautada diretamente nas políticas educacionais, apenas de forma complementar como fomento ao chamado “espírito empreendedor”. Somente com a contrarreforma do Ensino Médio em 2017, e com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM) em 2018, é que o empreendedorismo aparece de forma direta nas legislações nacionais para a educação básica, tendo o eixo estruturante do empreendedorismo como grande destaque.

Nossas análises são sustentadas no materialismo histórico-dialético enquanto método para compreensão da realidade. A partir dele, buscamos alcançar um conhecimento que nos permita avançar além das aparências fenomênicas, na progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976). O método nos possibilita desvelar as formas fetichizadas que se encontram os fenômenos educacionais, demonstrando as possíveis intencionalidades presentes nos documentos

para a formação dos indivíduos e para a consolidação de políticas educacionais. Deste modo, apresentaremos a seguir nossos apontamentos históricos do empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas e finalizaremos com nossas considerações finais.

## **Apontamentos históricos do empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas**

Um dos primeiros apontamentos para a adoção do empreendedorismo nas políticas educacionais brasileiras, seguindo a agenda de contrarreforma da educação adotada no país, se expressa no relatório Jacques Delors (1998). Ao tratar da educação para o desenvolvimento humano, o relatório indica que, para que esse desenvolvimento ocorra, é preciso uma participação responsável de todos os membros da sociedade, incitando à iniciativa, o trabalho em equipe e as sinergias entre as pessoas, bem como o desenvolvimento do auto-emprego e do chamado “espírito empreendedor”. “É preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vista à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico” (DELORS, 1998, p. 83).

Em síntese, o relatório indica com pistas e recomendações aos países, a necessidade de:

Estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer nos países em causa: estimular a iniciativa, o trabalho em equipe, as sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor. (DELORS, 1998, p. 85).

A análise dessas pistas e recomendações nos leva a concluir que há uma forte investida em prol da chamada “educação empreendedora”, sob a justificativa de que ela promove o desenvolvimento humano e dos países, bem como a superação do desemprego estrutural, que no discurso seria produto do avanço da tecnologia e não do próprio modo de produção capitalista. Assim sendo, a “educação empreendedora” ganha força com o relatório Jacques Delors, que tem suas bases pautadas no desenvolvimento dos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) e que, mais tarde, é acrescido do pilar “aprender a empreender” pelo Projeto PRELAC (2004). Segundo Coan (2013), é a partir do PRELAC que o empreendedorismo alcança uma maior abrangência na educação.

Todo esse discurso propagado pelo relatório busca criar um consenso e materializar nas legislações educacionais o projeto de educação empreendedora, convencendo tanto a sociedade política quanto a civil que esse projeto permitirá o desenvolvimento educacional, econômico e

social dos países. Michael Manley, um dos membros da comissão elaboradora do relatório Jacques Delors (1998) em uma seção do relatório (Epílogo) destinada para que os membros trouxessem sua contribuição pessoal ao relatório, comenta sobre a necessidade de se criar um consenso sobre o relatório, estabelecendo-se um “contrato social”.

Para que o sistema educativo seja eficaz tem de funcionar no quadro de um contrato social, compreendido e defendido por todos. Aos governos cabe a enorme responsabilidade de fazer aceitar este contrato de acordo com um processo que devia começar no seio da própria classe política. É indispensável que os dirigentes políticos o aprovelem para que a sociedade em geral o possa fazer também. É o único meio que nos resta de fazer com que a educação dê resposta, quer à necessidade de normas, quer ao imperativo de um amplo consenso nacional sobre justiça social. (DELORS, 1998, p. 242).

Como podemos analisar neste comentário, o relatório tem a intencionalidade de agir enquanto uma referência universal, cuja responsabilidade é dos governos em “fazer aceitar” este contrato social. E, sendo este relatório produto dos interesses da classe dominante sob a chancela de organismos multilaterais como a UNESCO, nada mais oportuno do que pautar e desenvolver políticas públicas de educação que tenham como referência esse documento, além de disseminar os pilares para a educação que ele propõe, complementando-os com o “aprender a empreender” e buscando, assim, materializar um consenso sobre toda a sociedade política e civil.

Em nível nacional, Dias (2019) ressalta que o Parecer CNE/CEB nº16/99, que Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, e as Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (2000), já apresentam em suas formulações estímulo ao empreendedorismo. Segundo o autor, as formulações carregam traços característicos à perspectiva empreendedora. Criatividade, responsabilização pelo percurso de vida, risco e ousadia são mencionados constantemente mencionados, sendo essas características associadas ao indivíduo empreendedor.

Já em 2001, foi estabelecida uma relação entre o Ministério da Educação (MEC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para o lançamento do Programa de Formação em Empreendedorismo na Educação Profissional (Técnico Empreendedor), de modo a fomentar o ensino do empreendedorismo nas escolas de Ensino Médio e de Educação Profissional. Em 2002, é lançado o Programa de Educação Empreendedora no Ensino Médio Brasileiro, programa esse também firmado entre SEBRAE e MEC, que estreitou a relação entre esses agentes no estabelecimento da assim chamada “cultura empreendedora” no Brasil. Os dois programas juntos levaram a ideologia do empreendedorismo a aproximadamente 7,2 milhões de alunos e 310 mil professores (PANDOLFI, 2015).

Segundo Dias (2019), apesar dessas investidas do empreendedorismo nas formulações educacionais e no estabelecimento de programas para o seu desenvolvimento na educação profissional, ainda não havia uma política específica que instalassem mudanças permanentes nas formações educacionais ou nas estruturas curriculares. Assim sendo, no final do século XX e nos anos iniciais do século XXI, constatamos os passos iniciais para a construção de uma educação empreendedora que atendesse os interesses da classe dominante e trabalhasse para o seu projeto de formação humana.

Nos anos posteriores, o empreendedorismo vai avançar ainda ligado à formação profissional, principalmente aos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFETs), que tiveram grande expansão e investimento nos governos Lula (2003-2010). O empreendedorismo vai aparecer nas formulações do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que sofreu grande influência do Todos Pela Educação (TPE) nas suas formulações, resguardando, assim, os interesses da classe dominante, principalmente a fração empresarial que compõe o TPE. No entanto, Dias (2019) reforça que ainda não se verificou uma política educacional específica que trate do que pode ser denominado de formação para o empreendedorismo.

Em 2009, o governo federal lançou um novo programa de estímulo e fortalecimento do Ensino Médio nacional, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). Esse programa apontou para a formação da assim chamada “cultura empreendedora”, apresentando uma proposta para diversificar as atividades curriculares em direção a ampliação da jornada escolar. Em relação aos objetivos da portaria do ProEMI, Dias (2019) faz importantes considerações que devemos nos ater:

O primeiro é com relação ao aspecto da inovação, elemento central do discurso empreendedor. A perspectiva deste Programa é o redesenho do currículo, de modo que este possa ser mais atrativo e interessante ao aluno. Neste caso, também a escola e o professor deveriam se imbuir do espírito empreendedor, para poder, de forma inovadora, criar novas estratégias curriculares. (DIAS, 2019, p. 306).

Mais adiante o autor acrescenta uma nova consideração sobre outra formulação da portaria:

[...] observam-se expressões como “espírito inventivo”, “resolução de problemas”, “aprendizagem criativa”, “iniciativa”, “atividades de gestão” e “iniciativas empreendedoras”. Todas estas compõem direta e indiretamente o universo do ser empreendedor e que passam a fazer parte das mudanças que as redes escolares das esferas estaduais, municipais e privadas, deveriam promover para terem acesso aos recursos, via o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). (DIAS, 2019, p. 307).

Assim sendo, a análise do autor considera que o ProEMI aponta direta e indiretamente para legitimar a ideologia do empreendedorismo. Além dessas considerações, o autor faz mais um

destaque ao tratar da citação direta no texto da Portaria do Sistema S, que demonstra a relação próxima das instituições que o compõem, entre elas, o SEBRAE, que estabelece uma relação com o MEC para o desenvolvimento da ideologia do empreendedorismo. Em nossa análise, a presença do Sistema S no corpo da portaria aponta para uma relação e vinculação quase que “obrigatória” das instituições públicas com os Estados, para essas possam receber os recursos do ProEMI, como salientou Dias (2019), favorecendo, assim, as organizações que, ligadas ao Sistema S, seriam protagonistas na “promoção dos seus ideais de formação humana, na lógica do mercado, além de perquirir os recursos públicos” (DIAS, 2019, p. 307).

Neste sentido, incentivar essas articulações e relações entre as instituições públicas e o Sistema S se torna um meio eficaz de propagação dos projetos de formação humana proposto pelo SEBRAE, atuando para a formação de um determinado tipo de trabalhador necessário ao projeto do capital, bem como abrindo espaço para a mercantilização da educação e capitação do fundo público para realização dos projetos da classe dominante.

Além dessas formas de fomento à chamada “educação empreendedora”, Dias (2019) faz um levantamento de algumas propostas encaminhadas à Câmara dos Deputados, que tratam do período de 2009 a 2015. Em termos gerais, baseados no levantamento de Dias (2019), foram rejeitadas todas as indicações para criação de projetos enquanto disciplina específica nos diferentes níveis de educação. Entretanto, o empreendedorismo deveria ser desenvolvido, enquanto tema transversal, a partir de argumentos que valorizam as competências empreendedoras para a formação dos futuros trabalhadores e cidadãos. Segundo Araújo (2018) essa aplicação, de forma transversal ou integrada a outras disciplinas, é respaldada pelas DCNEM de 2012.

Chamamos a atenção para o Projeto de lei do senado (PLS) nº 772, de 2015, que tramitou no senado e foi extremamente aguardado “por teóricos da área da educação empreendedora, como um verdadeiro marco para disseminação da cultura empreendedora em nível nacional e em larga escala” (DIAS, 2019, p313), visto que o projeto de lei apontava para a disseminação do empreendedorismo como diretriz dos conteúdos curriculares. No entanto, o PL foi arquivada em 2018.

Silva (2018) acrescenta que

[...] os pressupostos desta matéria compartilham interesses dos empresários que defendem transformar a educação em um negócio lucrativo, e por isso que, a recorrência dessa temática atende um projeto, cujos fundamentos estão direcionados aos horizontes corporativos, e suas finalidades relacionam-se ao processo de inovação e competitividade do mercado econômico e financeiro. (SILVA, 2018, p. 63).

Com essas amplas propostas para a chamada “educação empreendedora” dentro da sociedade política, temos o avanço no “contrato social” (consenso), que Michael Manley relatou ser necessário no relatório Jacques Delors (1998), para que esse consenso seja também aceito e perpetuado dentro da sociedade civil. Dias (2019) acrescenta que as

propostas de reformulação curriculares (via pareceres e diretrizes), orquestradas desde a década de 1990 e as propostas apresentadas por parlamentares desde o governo Lula até o governo Dilma; observa-se que o discurso do empreendedorismo veio sendo aprimorado e insistentemente apresentado, como forma de atender as demandas postas pela dinâmica do capitalismo monopolista, sob os imperativos da fração financeira, que por meio da contrarreforma do Estado, do processo de neoliberalização (ainda que de face humanizada) e da reestruturação produtiva, impuseram a necessidade de um novo tipo de trabalhador. (DIAS, 2019, p. 313-314).

A materialização de pressupostos da ideologia do empreendedorismo nas legislações e diretrizes curriculares ocorre, de maneira mais incisiva, com o Pronatec Empreendedor e, posteriormente, com a contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e com as DCNEM (BRASIL, 2018a). Segundo Dias (2019), somente com a implementação do Pronatec Empreendedor “é que se pode falar numa política específica voltada à educação empreendedora, sendo esta ocorrida dentro do ensino técnico” (p. 314). Essa observação sobre o ensino técnico é importante, pois com a contrarreforma do Ensino Médio, o empreendedorismo avança para o Ensino Médio Regular, sendo previsto enquanto um eixo estruturante para os itinerários formativos nas DCNEM (BRASIL, 2018a).

Além disso, Malvestiti, Castro e Rezende (2014) ressaltam que o Pronatec Empreendedor “permitiu que pela primeira vez no Brasil, o empreendedorismo fosse inserido de forma curricular e obrigatória na formação de jovens, um marco para o trabalho de fomento ao empreendedorismo do Sebrae (p. 41)”. O Pronatec Empreendedor “constituiu-se num marco, na história da educação empreendedora no Brasil, sendo posto como o primeiro esforço notório, já concretizado, de formar o espírito empreendedor via educação escolar” (DIAS, 2019, p. 314).

Segundo Dias (2019), os pressupostos sobre o empreendedorismo foram incorporados aos cursos técnicos, sendo ministrados por professores capacitados pelo SEBRAE. Esses cursos técnicos têm carga horária de conteúdo sobre empreendedorismo de 24 a 52 horas e tratam de 4 competências:

- a) Compreender o mercado de trabalho e o mundo do trabalho para o desenvolvimento do seu projeto de vida;
- b) Identificar os tipos de empreendedorismo e suas características;
- c) Reconhecer a importância do

desenvolvimento de atitudes empreendedoras para o seu projeto de vida e d) Desenvolver um plano de vida e carreira (DIAS, 2019, p. 370).

Neste sentido, o Pronatec Empreendedor reforçou o discurso do SEBRAE sobre os benefícios da assim chamada “cultura empreendedora” na educação, de modo que os alunos tenham uma compreensão do mercado de trabalho, não se limitando a adquirir competências para determinado posto de trabalho, mas para produzir um empreendimento, tornando-os os próprios responsáveis pelo sucesso ou fracasso na vida produtiva ou social.

Cabe ressaltar que, dentro da esfera pública, “os Institutos Federais têm sido os maiores participantes da realização do Pronatec Empreendedor, com a chancela do SEBRAE” (DIAS, 2019, p. 370), o que talvez mude com o eixo estruturante do empreendedorismo, estabelecido pelas DCNEM (BRASIL, 2018a), que leva a todas as escolas do país, sejam públicas ou privados, a possibilidade da “educação empreendedora”.

Como podemos analisar, há um esforço para que a ideologia do empreendedorismo ocupe um espaço obrigatório na formação básica dos alunos em todo o território nacional, tendo o SEBRAE como o principal protagonista desse avanço através da sua relação com o Estado brasileiro.

A partir das orientações do SEBRAE, a ideologia do empreendedorismo ganhou força material no discurso e nas práticas materiais concretas em escolas de Ensino Médio do país. O próprio SEBRAE demonstra empolgação com a contrarreforma do Ensino Médio, pois esse processo retrógrado teria facilitado a adesão das escolas à chamada “cultura empreendedora”. Isso pode ser identificado no seguinte excerto: “abriu portas para o ensino focado nas competências, uma grande prerrogativa da educação empreendedora, e para a importância do foco nas carreiras técnicas”. (SEBRAE, s/d1, p. 3). Tão grande foi a atenção dada pelo SEBRAE a contrarreforma do Ensino Médio e as DCNEM, que ele produziu, em 2020, um documento de 46 páginas dedicado à temática do “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio”, título do documento.

Segundo as DCNEM (BRASIL, 2018a), o eixo estruturante do empreendedorismo “supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (BRASIL, 2018b, p. 7). Além disso, o eixo teria “como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida” (BRASIL, 2018c, p. 94). A justificativa apresentada para se instaurar esse eixo nas redes e escolas seria:

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais marcada pela incerteza, volatilidade e mudança permanente, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais (BRASIL, 2018c, p. 94).

Ao analisar a justificativa e as ênfases que esse eixo sugere, constatamos que ele buscaria supostamente preparar os alunos para a instabilidade da vida, no entanto, sem ressaltar que essa volatilidade, incerteza e mudança permanente são produzidas pelas relações produtivas e sociais capitalista, cujo objetivo é a acumulação de capital e manutenção da ordem dominante, o que coloca a classe trabalhadora e seus filhos, estudantes das escolas públicas que terão como itinerários o eixo do empreendedorismo, como responsáveis por seu projeto de vida e por se adaptar às demandas do capital, de modo que eles próprios criem oportunidades para si, como o próprio documento expressa, e não que sejam dadas oportunidades iguais a todos.

Destacamos que esse eixo abre espaço para que a ideologia do empreendedorismo atue em diferentes áreas de conhecimento e em diversos itinerários formativos, visto que ele não se reduz a uma disciplina específica, podendo atuar de forma transversal dentro dos itinerários formativos, ou diretamente, como no caso das escolas de tempo integral do estado do Rio de Janeiro, que oferecem um itinerário técnico (Curso de Ensino Médio Técnico em Administração com Ênfase em Empreendedorismo). Esse interesse de se tornar um eixo específico para os itinerários ou ser transversal aos outros itinerários, fica explícito no próprio documento do SEBRAE. No E-book Itinerários Formativos: entenda o que são e como impactam os currículos de ensino médio”, produzido pelo Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER) (SEBRAE, s.d.2), o SEBRAE ressalta que:

Com a possibilidade de diferentes combinações [**entre os eixos**] em sua formação, o aluno poderá escolher trabalhar o Empreendedorismo de forma mais próxima a seus interesses pessoais, criando soluções que façam sentido para a sua realidade e a de sua comunidade (SEBRAE, s.d.2, p. 14, **acréscimo nosso**).

Assim sendo, podemos constatar que é intenção do SEBRAE que a noção do empreendedorismo não fique limitado ao seu eixo específico nos itinerários, mas que venha a perpassar transversalmente os outros eixos e itinerários.

Além disso, a partir de nossa análise da Portaria do Ministério da Educação nº 1.432 (BRASIL, 2018c), observamos que os demais eixos também buscam, de forma indireta, competências empreendedoras, como: “criar e propor soluções para problemas diversos”, presente no eixo investigação científica; “questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas,

obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática”, presentes no eixo de processos criativos, e; “compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade”, presente no eixo mediação e intervenção sociocultural (BRASIL, 2018c, p. 95).

Segundo a Portaria do Ministério da Educação nº 1.432 (BRASIL, 2018c), a Tabela 2 apresenta as habilidades de natureza mais específica, associadas a cada uma das Áreas de Conhecimento e Formação Técnica e Profissional e que se relacionada ao eixo estruturante do empreendedorismo para tornar mais claras as habilidades que o eixo do empreendedorismo pretende desenvolver.

A Tabela 2 nos mostra que identificar oportunidades, conhecimentos ou recursos vinculados à área de conhecimento para desenvolver projetos pessoais, produtivos, ou de vida, é a grande estratégia do eixo para se fomentar a chamada “cultura empreendedora”. Assim sendo, constatamos que o eixo do empreendedorismo busca a construção de um novo tipo de trabalhador, que adote uma nova maneira de ser, agir e pensar na sociedade, de modo que, em qualquer área de conhecimento, o aluno procure oportunidades para que ele mesmo construa um projeto individual que o insira na vida produtiva, mas também na social, se responsabilizando, assim, pelas suas condições materiais de existência sem que esse percurso o leve a refletir sobre as condições materiais que engendram a realidade.

Além disso, este eixo busca fomentar que os alunos desenvolvam por si próprios empreendimentos diversos como forma de se tornarem protagonistas da sua vida produtiva e social, atuando na prestação de serviços ou no desenvolvimento de novos produtos a partir do uso das tecnologias. No entanto, dadas as condições materiais das escolas e dos estudantes, questionamos se esse protagonismo e o uso das tecnologias estão disponíveis às classes trabalhadoras na escola, para que haja essa possibilidade. Pela materialidade da realidade concreta, podemos afirmar que essas tecnologias não estão disponíveis na maioria das escolas de Ensino Médio, muito menos nas escolas públicas, o que inviabiliza a produção de produtos e prestações de serviços inovadores por esses sujeitos em formação.

A partir de nossas análises, compreendemos que há uma intencionalidade em produzir um consenso de que a ideologia do empreendedorismo leva ao desenvolvimento individual e coletivo, e ao desenvolvimento de produtos e serviços capazes de inovar a vida social e produtiva desde a escola. No entanto, na realidade concreta da classe trabalhadora, esse discurso não se materializa, pois sem os meios de produção e os conhecimentos científicos mais desenvolvidos, que são negados

aos alunos quando submetidos a uma educação pautada em pedagogias pragmáticas e relativistas, a classe trabalhadora é impedida de transformar suas condições materiais de existência determinadas pelo modo de produção capitalista. Assim sendo, esse discurso se torna apenas idealista e reprodutor das relações sociais de produção, com um forte poder de “sedução” e convencimento, haja vista atrativos exemplos utilizados para apresentar os empreendedores de sucesso. A disseminação dessa ideologia busca conservar as relações de classe e a manutenção dos meios de produção sobre domínio privado da burguesia.

Chamamos atenção para a formulação presente na contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), que trata da formação com ênfase técnica e profissional e que busca incluir vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, através de parcerias, o que possibilita a continuidade das relações entre o SEBRAE e as instituições públicas no desenvolvimento da chamada “cultura empreendedora”, como já vem sendo realizado desde o final do século XX até os dias atuais.

Diante do exposto, podemos concluir que o empreendedorismo vai aos poucos se inserindo nas políticas e currículos educacionais, através da articulação do SEBRAE com o Estado brasileiro, até se estabelecer como um eixo estruturante dos itinerários formativos previsto pela contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e pelas atualizações das DCNEM (BRASIL, 2018a). Esse movimento em prol da chamada “cultura empreendedora”, principalmente sobre a direção do SEBRAE, tem repercussão nas práticas docentes dentro da escola, conforme discutimos a seguir.

O discurso da assim chamada “educação empreendedora” vai disseminar que os docentes tenham um novo perfil profissional para promover o desenvolvimento das competências empreendedoras. Segundo Raimann (2015), a formação de professores terá um caráter técnico-instrumental, fomentando o desenvolvimento das habilidades “para a inovação, criatividade/adaptação, práticas investigativas e competências pautadas em valores morais, como dedicação, persistência, dentre outros” (p. 206). Portanto, os próprios professores devem se tornar empreendedores de si mesmos.

Esse discurso, assim como na educação básica, busca reproduzir os pilares da educação demandados pelo relatório Jacques Delors (DELORS, 1998), acrescidos do aprender a empreender, que foi introduzido pelo PRELAC (2004) no trabalho docente dos professores.

Para Raimann (2015), a disseminação da noção do “espírito empreendedor” para o trabalho docente vai se apresentando de forma sutil nos documentos para a formação de professores e para a educação básica, imersos na discussão de competências e habilidades, bem como vão se inserindo em diversos projetos educacionais desenvolvidos nas escolas.

Houve, assim, uma instrumentalização e racionalização do conhecimento, do trabalho

docente e da escolarização dos sujeitos, pautada em um neoprodutivismo e neotecnicismo que leva a um modelo de ensino referenciado em uma formação técnica profissional que não permite superar as condições precarizadas de trabalho e voltada para uma formação emancipatória dos sujeitos. Temos, assim, um trabalho docente pautado em aspectos teórico-práticos, didáticos e metodológicos que reproduzem os interesses burgueses para manutenção da sua hegemonia tanto educacional quanto social.

Em relação aos projetos desenvolvidos nas escolas, o SEBRAE tem grande relevância, pois desde o final do século XX atua junto às instituições públicas, capacitando e desenvolvendo projetos para a educação empreendedora. “Os projetos e narrativas da agência têm buscado atingir diferentes públicos com vistas a educar os sujeitos para uma “nova ordem” capitalista” (DIAS, 2018, p. 412). Silva (2018) traz um panorama estruturado dos projetos da educação empreendedora desenvolvidos pelo SEBRAE, tanto para educação básica como para a educação superior, que vai capacitar os docentes para desenvolver o empreendedorismo na formação dos alunos.

Segundo Silva (2018), as atividades de formação docente se dividem em atividades presenciais e semipresenciais, envolvendo 40 horas de carga horária para os professores do Ensino Fundamental e Médio, 32 horas para o Ensino profissional e 24 horas para o Ensino Superior. Podemos notar, ainda, que a formação docente, em muitos projetos, se aproxima bastante da carga horária que os professores irão ministrar nas aulas sobre empreendedorismo, o que nos leva a pensar que essa formação é bem aligeirada e instrumental, sem reflexões profundas sobre a formação do empreendedor e sua prática social dentro da realidade.

Silva (2018) relata que os docentes entrevistados em sua pesquisa:

[...] apresentaram dificuldades para expor a origem histórica do empreendedorismo, ou seja, seus fundamentos teóricos, ideologia e finalidade. Predominou no entanto, uma coerência entre o plano teórico e o plano prático desenvolvido pela metodologia da educação empreendedora, pois reproduziram as atividades pedagógicas proposta pelo material didático, seguindo o passo a passo, sem perceberem seus condicionantes, históricos, políticos e econômicos. (SILVA, 2018, p. 102).

Essa reprodução direta dos projetos e das orientações dos materiais didáticos representam, no campo da educação e na atuação docente, a adoção de pedagogias neotecnicistas, que destituem o trabalho pedagógico de sua dimensão criadora, contextual e transformadora (SANTOS, 2012). Essa reprodução também é relatada em outros trabalhos por diversos autores que tratam do ensino do empreendedorismo ofertado pelos projetos do SEBRAE. De uma forma geral, os projetos do SEBRAE para a educação básica, Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), Formação de

Jovens Empreendedores (FJE), Despertar, Crescendo e Empreendendo e Pronatec-Empreendedor, trazem importantes elementos para se pensar o trabalho docente e a formação para o empreendedorismo.

As pesquisas de Castro (2019) e Cruz (2018) apontam para um engessamento da ação pedagógica dos docentes diante da estrutura e dos materiais do curso JEPP, assim como as pesquisas de Camargo (2018) e Dias (2018) indicam o caráter reprodutivista da ideologia empreendedora no mesmo curso, com a intenção de “naturalizar” a assim chamada “cultura empreendedora” na escola. Com relação ao Programa de Formação de Jovens Empreendedores (FJE), Dias (2007) ressalta que o professor se torna um multiplicador da ideologia do empreendedorismo ao enaltecer as noções a ela vinculadas sobre as mudanças no mundo do trabalho.

Em relação ao Projeto Despertar, Liberato (2016) nos ajuda a compreender que a proposta do SEBRAE buscava individualizar os projetos de vidas, tanto no que diz respeito à abertura de um negócio como em ações individuais na comunidade ou mesmo no país. Além disso, o SEBRAE buscava professores com perfil empreendedor, dotados de criatividade, ousadia, predisposição ao novo e com entusiasmo para se comunicar e motivar os alunos a aderirem à assim chamada “cultura empreendedora”. Por último, o PRONATEC EMPREENDEDOR teria como objetivo tornar o professor o protagonista do sucesso desse projeto, como aponta Dias (2019), no qual o professor se tornaria o difusor e organizador da ideologia do empreendedorismo dentro e fora da escola devido ao seu papel de intelectual que deve difundir e organizar determinada concepção de mundo.

Todos esses projetos demonstram uma ofensiva do SEBRAE sobre a educação básica. Com a contrarreforma do Ensino Médio aprovada em 2017, isso se tornou mais evidente, o que levou, inclusive, o SEBRAE a publicar um documento, em 2020, intitulado “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio” (SEBRAE, 2020). Na análise desse documento, Magalhães e Lamosa (2021), concluíram que:

[...] o SEBRAE tem atuado para se consolidar como principal difusor da cultura empreendedora no Brasil através de seu projeto de “educação empreendedora”. Destaca-se a ofensiva dessa organização sobre as instituições educacionais brasileiras, sejam públicas ou privadas, após a inserção do empreendedorismo como eixo estruturante para o ensino médio e seus itinerários formativos, e principalmente com a publicação do documento analisado. (MAGALHÃES; LAMOSA, 2021, p. 138).

Além disso, os autores apontaram que o SEBRAE tem utilizado de diversas estratégias de convencimento na difusão da ideologia do empreendedorismo, que envolvem a experiência junto a

micro e pequenas empresas, o alinhamento às normatizações educacionais internacionais e a defesa de que a assim chamada “cultura empreendedora” seria fundamental para o desenvolvimento de projetos de vidas dos alunos, para se adaptarem às instabilidades e incertezas da vida contemporânea, tanto nos aspectos produtivos como sociais.

## Considerações finais

O presente artigo buscou explicitar numa perspectiva histórico-crítica como o empreendedorismo vem galgando espaço nas políticas públicas educacionais e se inserindo nas escolas. Documentos multilaterais de organismos internacionais têm orientado a formação educacional em nosso país, bem como as políticas públicas educacionais sofrem grande influências de instituições e organismos da sociedade civil ligadas aos interesses da classe burguesa.

Nesse contexto, o SEBRAE se destaca por estabelecer relações com as instituições públicas e privadas para o desenvolvimento da ideologia do empreendedorismo, produzindo, formulando, treinando e disseminando a chamada “educação empreendedora”. Sua atuação produziu ao longo dos últimos anos projetos e programas que adentraram a educação básica e superior, seja de forma complementar ou influenciando diretamente políticas públicas, como a contrarreforma do Ensino Médio e as DCNEM de 2018, nas quais o empreendedorismo aparece como eixo de formação e itinerário formativo.

Essa formação para o empreendedorismo tem alterado as práticas pedagógicas e a formação dos estudantes. Professores tem sido instrumentalizados e cooptados a reproduzir a ideologia empreendedora e a desenvolverem em si próprios o dito “espírito empreendedor”. Alunos, futuros trabalhadores, são imergidos na chamada “cultura empreendedora” para que por si próprios desenvolvam seus projetos de vida profissionais e pessoais, assumindo riscos e se conformando com as incertezas e instabilidades produzidas pelo modo de produção capitalista. O sucesso ou o fracasso devem ser visto pela ótica do esforço, da resiliência e da obtenção de competências empreendedoras e socioemocionais, e não como parte de um todo estruturado que engendra as condições materiais de vida dos sujeitos sociais dentro da sociedade de classes, nas quais os meios de produção estão sob o domínio da classe burguesa, a qual explora e condiciona a condições matérias de vida da classe trabalhadora.

## Referências

ARAUJO, F. F. C. **Educação empreendedora: possibilidades e limites de relação com o currículo do ensino médio.** 2018. 115 fl. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, nº35, 2017a. Disponível em: [http://prograd.uesb.br/proreitorias/prograd/wp-content/uploads/lei\\_da\\_reforma\\_do\\_ensino\\_medio.pdf](http://prograd.uesb.br/proreitorias/prograd/wp-content/uploads/lei_da_reforma_do_ensino_medio.pdf) Acesso em: 07 de jan. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018.** Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Brasília: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2636/parecer-cne-ceb-n-3>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622) Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **PORTARIA Nº 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.** Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. 2018c. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199) Acesso em: 11 mar. 2021.

CAMARGO, G. B. **O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE e a divulgação do empreendedorismo na educação.** Cascavel-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, 2018. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3840> Acesso em: 6 jan. 2021.

CASTRO, L. F. **“Aprender a empreender”:** o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10264> Acesso em: 6 jan. 2021.

COA, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista LABOR**, nº 9, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833> Acesso em: 12 de out. 2017.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383> . Acesso em: 15 jan. 2023.

CRUZ, M. C. **Empreendedorismo na escola: uma análise crítica do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”.** Florianópolis-SC. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198664> Acesso em: 6 jan. 2021.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão

Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, G. P. Educação e Empreendedorismo: Uma “nova” noção para a (con) formação humana aos interesses do capital. **Estudos do Trabalho**. Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho. Ano I, n. 1, 2007. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/Dias\\_RET01.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/Dias_RET01.pdf) Acesso em: 6 jan. 2021.

DIAS, G. P. Empreendedorismo e educação física: reflexões à sua apreensão/implementação na formação humana. **Motrivivência**, Ano XXII, nº 35, p. 147-165 dez./2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19731> Acesso em: 12 de jul. 2018.

DIAS, G. P. Empreendedorismo, educação e sociabilidade: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. (Tese de Doutorado em Educação). Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/10755> Acesso em: 22 de out. 2020.

DIAS, V. T. A “miséria” da educação: análise de um manual de “empreendedorismo” do SEBRAE para professores do ensino fundamental. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.8, no 1, p. 379-416, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35678> Acesso em: 6 jan. 2021.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBERATO, A. C. T. **O saber empreendedor docente: a experiência do Projeto Despertar - parceria SEBRAE-RN / SEEC-RN**. Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2016. (Tese de Doutorado em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23054> Acesso em: 6 jan. 2021.

MAGALHÃES, R. M. DA C.; LAMOSA, R. DE A. C. A ofensiva do SEBRAE sobre o Ensino Médio. **Revista Labor**, v. 1, n. 25, p. 121-142, 27 abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/62709> Acesso em: 16 jan. 2023.

MALVESTITI, M. L.; CASTRO, O. M. R.; REZENDE, T. A. Capacitação empresarial – novas demandas, grandes desafios. In: SANTOS, Carlos Alberto (org.). **Pequenos Negócios: desafios e perspectivas**. Avanços 2011- 2014. Brasília: SEBRAE, p. 31-48, 2014.

NOZAKI, H. T. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho: o caso do trabalho do professor de educação física. In: SOUZA, M. S.; RIBAS, J. F. M.; CALHEIROS, V. C (Org.). **Conhecimento em educação física: no movimento das mudanças do mundo do trabalho**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015, p.60-79.

PANDOLFI, M. A.. **“Admirável mundo do empreendedorismo”**: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no curso técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo, 2015. 338 fl. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos/RS, 2015.

PREALC. Programa de Reforma Educativa da América Latina e Caribe. PRELAC, uma trajetória para Educação para a Todos. Panorama Socioeducacional: cinco visões sugestivas para a América Latina e Caribe. **Revista PRELAC**. Santiago: Escritório Regional de Educação da Unesco para a América Latina e Caribe. Ano 1, n. 0, ago. 2004.

RAIMANN, E. G. **Concepções de trabalho e profissionalização docente**: sua redução à ação empreendedora. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13688/1/ConcepcoesTrabalhoProfissionalizacao.pdf> Acesso em: 11 jan. 2021

SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado**: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012. 216 p.

SEBRAE. Empreendedorismo no currículo do Ensino Médio. 2020 Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-no-curri%CC%81culo-do-Ensino-Me%CC%81dio.pdf> Acesso em: 11 mar. 2021

SEBRAE. A Reforma do Ensino Médio: o que é e como pode impactar a educação empreendedora. s/d.1. Disponível em: <https://materiais.cer.sebrae.com.br/reforma-do-ensino-medio> Acesso em: 11 jan. 2021.

SEBRAE. Itinerários Formativos: entenda o que são e como impactam os currículos de ensino médio. s/d.2 Disponível em: <https://materiais.cer.sebrae.com.br/itinerarios-formativos> Acesso em: 11 mar. 2021.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.

**Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext) HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) pid=S0102-46982018000100301 HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) lng=pt HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso) nrm=iso . Acesso em: 10 jul. 2020.

Ramon Mendes da Costa Magalhães

Professor do Departamento de Educação, Linguística e Letras da UEMG  
Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.  
e-mail: [ramon\\_mc\\_magalhaes@hotmail.com](mailto:ramon_mc_magalhaes@hotmail.com)

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Professor Adjunto do Departamento Educação e Sociedade da UFRRJ  
Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro (UFRJ)  
e-mail: [rodrigo1281@yahoo.com.br](mailto:rodrigo1281@yahoo.com.br)